

CORREIO DE CAMPINAS

Arquivo Pessoal



Da esq. p/ dir.: Aderval Fernandes e Paulo Ritz

Presidente do Sintercamp se filia ao Republicanos I

O presidente do Sintercamp (Sindicato dos Trabalhadores em Refeições Coletivas de Campinas e região), Paulo Ritz, oficializou a filiação dele ao Republicanos. O ato ocorreu na sede da entidade e contou com a presença de lideranças da categoria em âmbito estadual, além do vereador e Coordenador Regional partido, Higor Diego. Para o presidente do diretório municipal, Aderval Fernandes Júnior, a chegada de Ritz reforça o projeto político da legenda na cidade. Além de presidir o sindicato, Ritz também está à frente da Fetercesp (Federação Estadual da categoria), que reúne cerca de 500 mil trabalhadores em todo o Brasil, sendo aproximadamente 93% mulheres.

Presidente do Sintercamp II

“Conheço Aderval Fernandes há muitos anos e tenho a convicção de que essa união representa um importante passo rumo fortalecimento da nossa categoria”, declarou Ritz. A classe abrange profissionais que atuam em cozinhas industriais, escolares, hospitalares, empresariais, comunitárias e beneficentes, além de serviços de bordo em aeronaves e embarcações.

Câmara Municipal de Campinas



Reunião é aberta ao público e realizada no plenário

Comissão de Mobilidade Urbana I

A Comissão de Mobilidade Urbana e Planejamento Viário da Câmara Municipal realiza nesta quarta-feira (15), às 15h30, a 3ª Reunião Ordinária de 2026 para analisar o Projeto de Lei que institui uma campanha de conscientização sobre assentos preferenciais no transporte público. A proposta é de autoria do vereador Guilherme Teixeira (PL-SP) e prevê a criação de uma campanha educativa permanente voltada à conscientização dos usuários de ônibus.

Comissão de Mobilidade Urbana II

A Comissão de Mobilidade Urbana e Planejamento Viário da Câmara Municipal de Campinas analisará também o Projeto de Lei Complementar que pretende ampliar o prazo de validade dos créditos do transporte público municipal para até 60 meses. A proposta, de autoria do vereador Higor Diego (Republicanos-SP), busca garantir flexibilidade aos usuários do sistema.

PINGA-FOGO

Sensatez

O Legislativo optou por uma postura equilibrada ao analisar o requerimento de investigação contra Vini Oliveira (Cidadania-SP). O arquivamento da proposta, por meio de votação unânime entre os presentes, ocorre mediante a ausência de elementos inéditos que sustentem tal punição.

Desproporcional

O uso da Comissão Processante exige provas robustas e condutas que firam gravemente o decoro parlamentar. Sem a presença de evidências concretas ou episódios recentes, a abertura do processo configuraria uma medida desproporcional e descabida por parte da Câmara Municipal.

Fiscalizar é dever

Um dos eixos centrais do questionamento envolvia a postura crítica do vereador em relação a empresas de ônibus e o exercício da função fiscalizadora. Mas, embora o tom das manifestações possa gerar desconforto ou discordâncias no ambiente político, as ações fazem parte do mandato garantido na urna.

Indignação

Punir um representante pelo ato de questionar a gestão ou por ter um comportamento mais incisivo frente a questões indignantes, como o transporte público campineiro, seria um despropósito. Ao rejeitar o pedido de comissão processante, a instituição protege a liberdade de expressão e evitou um desgaste à imagem pública da Casa.

Desgaste

O caso evidencia uma tendência de desgaste no uso de ferramentas que deveriam ser reservadas para situações excepcionais. A tentativa recorrente de judicializar ou protocolar cassações por disputas ideológicas acaba por esvaziar a importância real desses mecanismos.

Função de vereador

“Fico grato pelos vereadores terem rejeitado uma proposta tão absurda e sem nexos. Uma comissão processante é algo sério e não deve ser banalizado. Ser acusado de quebra de decoro por exercer minha função de vereador é um absurdo. Graças a Deus, o justo prevaleceu”, afirma Vini.



Crimes de violência são minoria, 5,5% do total

Maior parte de B.O.s em Viracopos é sobre extravio

Especialista em segurança, coronel ressalta a distinção dos dados

Da Redação

As ocorrências na 4ª Delegacia de Atendimento ao Turista do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, registraram uma alta de 59% em um período de três anos. O volume saltou de 700 casos em 2023 para 1.114 ocorrências em 2025. Desse total computado no último ano, 922 registros foram categorizados como furto e extravio de pertences, o que representa 82% do montante total de ocorrências do ano anterior.

O detalhamento dos dados de 2025 aponta que 992 registros foram motivados por perda ou extravio de objetos. As demais ocorrências dividem-se em 62 casos de furto, 53 registros de fatos não criminais, dez episódios de ameaça e seis de agressão física.

Análise técnica

O coronel Marci Elber Rezende, ex-comandante da PM em Campinas, afirma que é necessário fazer uma distinção entre as ocorrências, já que o dado mais relevante é que a grande maioria dos registros refere-se à perda e extravio, totalizando 922 de 1.114 casos.

O especialista em segurança pública ressalta ainda que o aumento do fluxo de passageiros no período pós-pandemia é um fator diretamente ligado ao crescimento dos números. No entanto, observa que os casos de

crimes com violência permanecem baixos.

“São muito baixos. São 62 ocorrências, apenas 5,5% do total de registros. Para um aeroporto de grande porte, esse é um número tecnicamente baixo, sugerindo que o policiamento e o monitoramento por câmeras (CFTV) são eficazes em inibir a ação de grupos criminosos”, declara.

Rezende lembra que “a segurança em aeroportos, basicamente, trabalha em duas camadas, a institucional e a preventiva do usuário”.

Dicas

Quanto aos passageiros, especificamente, orienta: “etiquetar a mala por fora é o básico, mas colocar uma identificação interna (como um cartão de visitas ou papel com contatos sobre as roupas) é crucial, caso a etiqueta externa seja arrancada acidentalmente nas esteiras”.

Além disso, tens de alto valor (eletrônicos, joias, dinheiro) nunca devem ser despachados.

“Tecnicamente, as companhias aéreas possuem limites de indenização por peso de bagagem, que muitas vezes não cobrem o valor de um laptop ou câmera profissional”, explica.

O coronel recomenda também “o uso de travas TSA e lacres plásticos coloridos, pois ajudam a identificar rapidamente se a bagagem foi violada, antes mesmo de sair da área restrita de desembarque”.